



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

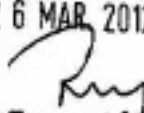


PROJETO DE LEI Nº

111/12

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 26 MAR 2012


1º Secretário

Súmula: Declara de Utilidade Pública a
"Associação dos Produtores de Leite
de Santa Salete", com sede e foro no
Município de Manoel Ribas.

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a
"ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DE LEITE DE SANTA SALETE" - com
sede e foro no Município de Manoel Ribas.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em


MARLA TURECK
Deputada Estadual-PSD



JUSTIFICATIVA

A Associação dos Produtores de Leite de Santa Salete é uma entidade associativa civil, sem fins lucrativos, criada por iniciativa espontânea de 20 (vinte) produtores de leite do Distrito de Barra Santa Salete, com sede no núcleo do mencionada distrito, no Município de Manoel Ribas.

A entidade tem a finalidade de promover o desenvolvimento e aprimoramento das atividades dos produtores desse setor através da promoção de feiras de gado leiteiro, recebimento de subvenções oficiais, de doações e similares, realização de operações de crédito, objetivando levar a efeito as iniciativas de interesse comum dos produtores de leite e congêneres.

Sendo assim contamos com o apoio dos Nobres Pares para aprovação da presente propositura.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 111/12

Projeto de Lei nº. 111/12

Autora: Deputada Estadual Marla Tureck

Súmula: Declara de Utilidade Pública a **ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DE LEITE DE SANTA SALETE**, com sede e foro no Município de Manoel Ribas.

EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 16.888/2011 – REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria da Deputada Estadual Marla Tureck, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual a **ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DE LEITE DE SANTA SALETE**, com sede e foro no Município de Manoel Ribas, Estado do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis.
(grifo nosso).

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 16.888/2011, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Os principais requisitos foram devidamente preenchidos, quais sejam:

- a natureza de associação ou fundação sem fins lucrativos;
- a finalidade;
- a não remuneração de seus membros;
- a destinação do patrimônio em caso de dissolução a uma entidade congênere.

A natureza da presente instituição é de Associação Privada sem fins lucrativos, tendo como finalidade a pesquisa, de acordo com o estatuto da entidade, cumprindo assim com os requisitos exigidos pelo artigo 1º, I e II, da Lei 16.888/2011, senão vejamos:

Art. 1º A declaração de utilidade pública somente será reconhecida por meio de lei, desde que atendidos os seguintes requisitos:

I – pessoa jurídica de direito privado na forma de associação ou fundação, constituída no Paraná ou que no âmbito do Estado exerçam suas atividades através de representações com sede no Estado;



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



II - que possua personalidade jurídica, nos termos do Código Civil Brasileiro, há mais de (1) um ano e que seus atos constitutivos demonstrem as áreas de atuação, sendo da assistência social, da educação, da pesquisa, da cultura, do esporte ou do meio ambiente ou de pesquisa;

Quanto a não remuneração de seus dirigentes e a destinação do patrimônio, também encontram-se devidamente reguladas pelo presente estatuto.

Cumprе ressaltar também que todos os demais documentos exigidos foram anexados ao presente projeto de lei.

Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

CONCLUSÃO

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 11 de dezembro de 2012.

DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR



Estado do Paraná

PODER LEGISLATIVO
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



PROJETO DE LEI Nº 591 /2012

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 26 NOV. 2012


mauth
1º Secretário

Súmula: Declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO COMUNIDADE DE DIREITOS - COMUDI com sede e foro no município da ARAUCÁRIA.

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a 'ASSOCIAÇÃO COMUNIDADE DE DIREITOS - COMUDI' com sede e foro no município da ARAUCÁRIA.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 20 de novembro de 2012.


PEDRO LUPION
Deputado Estadual

14:55 26/11/2012 007571 NP ASSOCIAÇÃO LEGISLATIVA DO PARANÁ

PEDRO LUPION
Deputado Estadual

Praça Nossa Senhora da Salette s/n, Gabinete 806, Centro Cívico, Curitiba, Paraná |
Fone (fax): 41 3350 4006 | www.pedrolupion.com.br | dep.pedrolupion@gmail.com.



Estado do Paraná

PODER LEGISLATIVO
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



JUSTIFICATIVA

A 'ASSOCIAÇÃO COMUNIDADE DE DIREITOS - COMUDI' foi instituída no dia 20/04/2009, conforme se verifica na inclusa certidão de Inscrição e de Situação Cadastral, devidamente inscrita no CNPJ sob nº 10.791.597/0001-93.

Conforme se denota do incluso Estatuto Social se trata de uma sociedade civil sem fins lucrativos, constando sua finalidade devidamente descrita no artigo 2º do incluso Estatuto da Associação.

Por fim, se releva o fato da mencionada associação já ter sido declarada de utilidade pública pela Câmara Municipal de Araucária, conforme a Lei Municipal nº 2.329/2011.

Em relação a documentação exigida pela legislação estadual, para a declaração de utilidade pública da instituição, acosta-se ao presente: (i) Estatuto Social, comprovando que a entidade não tem fins lucrativos (artigo 1º, inciso III¹ da Lei Estadual nº

¹ Art. 1º A declaração de utilidade pública somente será reconhecida por meio de lei, desde que atendidos os seguintes requisitos:

I -- pessoa jurídica de direito privado na forma de associação ou fundação, constituída no Paraná ou que no âmbito do Estado exerçam suas atividades através de representações com sede no Estado;



Estado do Paraná

PODER LEGISLATIVO
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



1688/2011); (ii) declaração, reconhecida em cartório, de que seus membros não são remunerados (art. 1º, inciso IV² da Lei Estadual nº 1688/2011); (iii) certidões negativas; (iv) fotocópia da Lei Municipal nº 2.329/2011 (Araucária); (v) Demais documentos explicativos em relação às atividades da associação.

Pelo exposto, se requer o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente.

II – que possua personalidade jurídica, nos termos do Código Civil Brasileiro, há mais de (1) um ano e que seus atos constitutivos demonstrem as áreas de atuação, sendo da assistência social, da educação, da pesquisa, da cultura, do esporte ou do meio ambiente ou de pesquisa;

III – que a entidade não tenha fins lucrativos e em seu estatuto social conste sua natureza jurídica, sua finalidade, sua missão, seus objetivos e que não distribui lucros, excedentes operacionais, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e os aplica integralmente na consecução do respectivo objetivo social;

IV – que acoste declaração, reconhecida em cartório, de que seus membros não são remunerados e que os serviços que prestam são de relevante interesse público;

V – que conste em seu estatuto gestão administrativa e patrimonial que garantam e preservem o interesse público e em caso de dissolução e devida destinação do patrimônio a entidade sem fins lucrativos;

VI – que conste documento contábil que ateste a regularidade da instituição junto à Receita Federal e certidão do Tribunal de Contas do Paraná, quando for o caso.

VII – declaração do presidente da entidade quanto ao recebimento presente ou passado de repasse de recursos públicos sejam eles municipais, estaduais, federais ou de entes internacionais.

§ 1º As entidades de cunho de assistência social, deverão comprovar a inscrição junto ao Conselho Municipal de Assistência Social ou Conselho Estadual de Assistência Social.

§ 2º As demais entidades deverão apresentar declaração de órgão público municipal, na pessoa de seu titular, que prestam serviço relevante à comunidade local e qual sua área de atuação, exceto quando já tenham título de utilidade pública municipal.

² V. nota 1



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 591/12

Projeto de Lei nº. 591/12

Autor: Deputado Estadual Pedro Lupion

Súmula: Declara de Utilidade Pública a
ASSOCIAÇÃO COMUNIDADE DE DIREITOS,
com sede e foro no Município de Araucária.

EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA
- LEI Nº 16.888/2011 - REQUISITOS
PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Pedro Lupion, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual a **ASSOCIAÇÃO COMUNIDADE DE DIREITOS**, com sede e foro no Município de Araucária, Estado do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



g) declaração de utilidade pública de entidades civis.
(grifo nosso).

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 16.888/2011, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Os principais requisitos foram devidamente preenchidos, quais sejam:

- a natureza de associação ou fundação sem fins lucrativos;
- a finalidade;
- a não remuneração de seus membros;
- a destinação do patrimônio em caso de dissolução a uma entidade congênere.

A natureza da presente instituição é de Associação Privada sem fins lucrativos, tendo como finalidade a pesquisa, de acordo com o estatuto da entidade, cumprindo assim com os requisitos exigidos pelo artigo 1º, I e II, da Lei 16.888/2011, senão vejamos:

Art. 1º A declaração de utilidade pública somente será reconhecida por meio de lei, desde que atendidos os seguintes requisitos:

- I – pessoa jurídica de direito privado na forma de associação ou fundação, constituída no Paraná ou que no âmbito do Estado exerçam suas atividades através de representações com sede no Estado;
- II – que possua personalidade jurídica, nos termos do Código Civil Brasileiro, há mais de (1) um ano e que seus atos constitutivos demonstrem as áreas de



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



autuação, sendo da assistência social, da educação, da
pesquisa, da cultura, do esporte ou do meio ambiente
ou de pesquisa;

Quanto a não remuneração de seus dirigentes e a destinação do patrimônio, também encontram-se devidamente reguladas pelo presente estatuto.

Cumpre ressaltar também que todos os demais documentos exigidos foram anexados ao presente projeto de lei.

Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

CONCLUSÃO

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 11 de dezembro de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA

RELATOR